

PRODUTOS DO 1º ANO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA



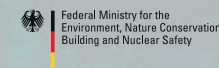
Uma iniciativa de:



Com o apoio:



Supported by:



based on a decision of the German Bundestag

Índice

- 03 EQUIPE
- 04 O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA
- 05 PARTICIPANTES DO LAB
- 06 CARTA - MARCO AURÉLIO CROCCO - ABDE
- 07 CARTA - JUAN ANTONIO KETTERER - BID
- 08 CARTA - MARCELO BARBOSA - CVM
- 09 GT FINANÇAS VERDES
- 10 ENERGY SAVING INSURANCE
- 12 MODELO DE ANÁLISE DE RISCO DE PROJETOS SOLARES FOTOVOLTAICOS
- 13 FUNDO FIRST LOSS
- 15 GT INSTRUMENTOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO
- 16 CROWDFUNDING
- 17 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO
- 18 PUBLICAÇÃO: MÉTRICAS PARA AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA PARA INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 19 GT TÍTULOS VERDES
- 20 GUIA DE SUSTENTABILIDADE: OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO PARA O SETOR DE INTERMEDIÇÃO
- 21 PUBLICAÇÃO: RELATÓRIO DE PESQUISA COM EMISSORES E INVESTIDORES SOBRE TÍTULOS VERDES NO BRASIL
- 22 GT FINTECH
- 23 CONTATO



Marco Antônio A. de Araujo Lima

Cristiane Viturino

Juan Ketterer

Maria Netto

Diego Herrera

José Alexandre Vasco

Antonio Berwanger



Fernanda Nogueira

Nathalia Galera

Johan Arroyo Lopez

Luciano Schweizer

Sylvia Gabriela

Claudio Maes



Bernardo Kruehl

Enilce Melo

Felipe Vignoli

Fernanda Sant'Anna

Flavia Moraes e Silva

Debora Goes



Gustavo Pimentel

Justine Leight-Bell

Luiz Serrano

Paulo Miotto

Tatiana Assali

Tatiana Coutinho

LAB LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA

O Laboratório de Inovação Financeira (LAB) é um projeto conjunto da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançado em agosto de 2017, que funciona como um fórum de discussão multissetorial. Seu intuito é promover o diálogo entre o setor público e o setor privado e o compartilhamento de experiências entre os diversos agentes da economia. Para tanto, conta com a participação de instituições chave destes setores, além do terceiro setor para o desenvolvimento de inovações financeiras que suportem o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O objetivo do LAB é incentivar a criação de novos produtos e soluções financeiras que aumentem a participação do setor privado em soluções sustentáveis em mercados tais como energia, água, transporte, agricultura e financeiro (fintechs). O LAB se propõe a

ir além de um espaço de produção de conhecimento, e fomentar efetivamente a estruturação de novos produtos financeiros, se valendo de pesquisas, análises e da senioridade técnica de seus participantes. Para isto, o LAB analisa instrumentos inovadores e boas práticas locais e internacionais que possam ser replicadas pelas instituições financeiras de desenvolvimento, assim como busca estruturar soluções que aumentem a eficiência dos recursos de investidores de impacto.

Para cumprir tal objetivo, o LAB foi organizado em grupos de trabalho (GT) focados em quatro temas: Finanças Verdes, Fintechs, Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto e Títulos Verdes. Cada um dos GTs desenvolveram produtos durante o primeiro ano do LAB e o presente trabalho se origina deste esforço.

PARTICIPANTES



Também participam: ABCD, ANEEL, ANPROTEC, BDMG, BNB, BNDES, BRB, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CAMARA-E.NET, CITI PRIVATE BANK BRASIL, CNI, CNSEG, COMPORTAMENTAL CONSULTORIA, CUBO DIGITAL, ELETROBRÁS, EPE, FGV-DIREITO, FOMENTO PARANÁ, KPMG, MATTOS FILHO, MCTIC, MDIC, MINISTÉRIO DA CULTURA, MINISTÉRIO DA FAZENDA, MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, MOODY 'S, PROCURADORIA DO ESTADO, SUSEP, UFRJ, UNEP, USP

GRANDES DESAFIOS E BOAS IDEIAS PARA A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Inovar é preciso. Principalmente, quando a inovação se propõe a trazer soluções a um tema tão relevante quanto a questão socioambiental. Foi com esse intuito que a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) abraçou prontamente a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e assumiu o desafio de implantar no Brasil o Laboratório de Inovação Financeira (LAB).

Em sintonia com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, a ABDE acredita que o fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento, composto pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), e a sua união com atores públicos e privados, em prol da elaboração conjunta de novos mecanismos financeiros, trazem um ganho significativo para tornar a economia do Brasil mais limpa e gerar o tão desejado e necessário equilíbrio ambiental e social.

Ao longo do seu primeiro ano de atuação, o LAB contribuiu para o fortalecimento institucional de seus membros, considerando a sua especial capacidade de unir e articular diferentes atores nacionais e internacionais e de também gerar vasto conhecimento multissetorial. Foram realizados, ao longo desse período, inúmeros debates, que inspiraram a formulação de documentos que, por sua vez, contribuíram para ampliar conhecimentos e possibilitaram a

construção de uma série de mecanismos que estão, gradativamente, se materializando.

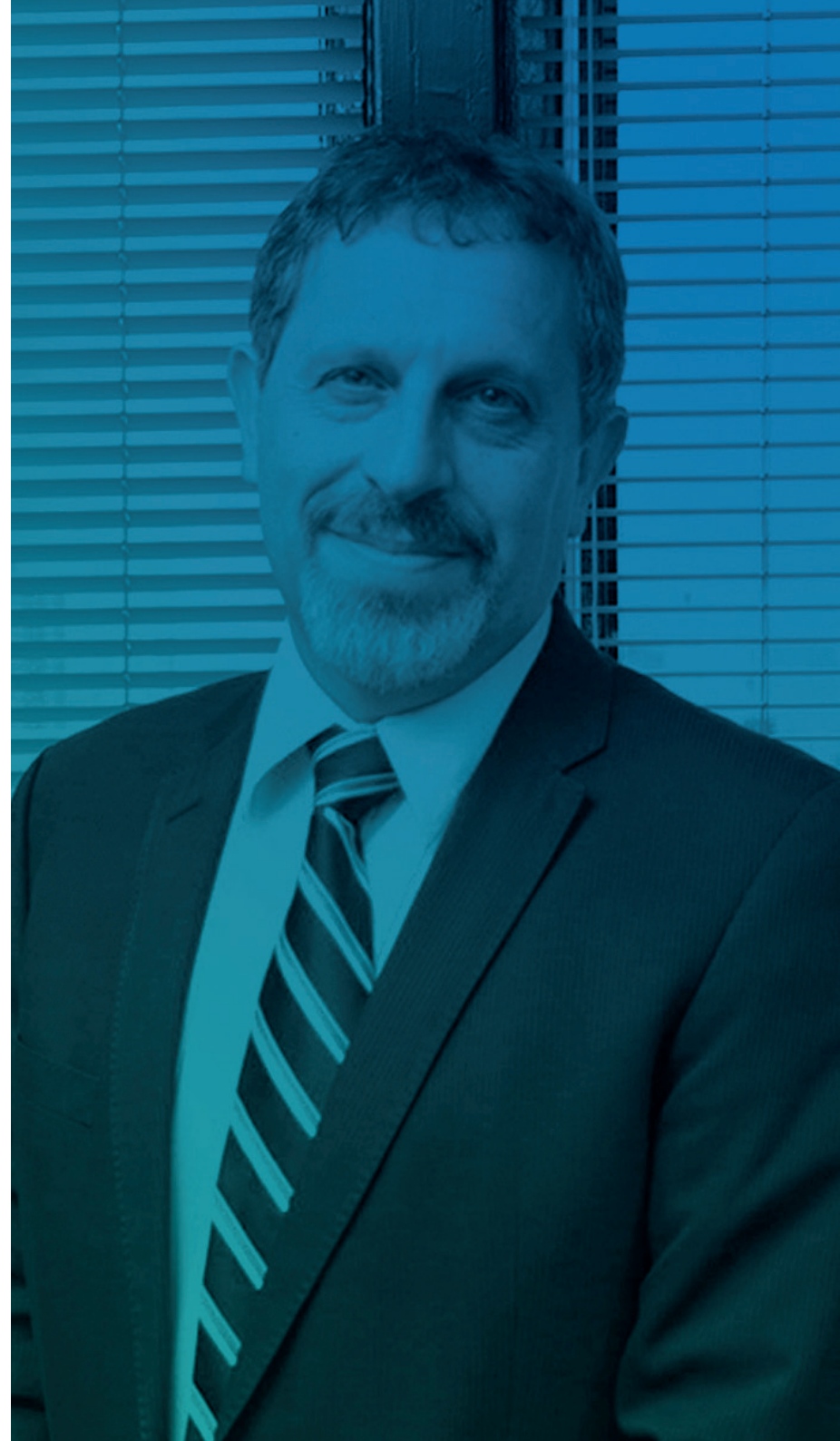
Ainda que existam muitos desafios a vencer no que tange à criação e ao aperfeiçoamento de práticas, processos, sistemas, instrumentos e regulação, por intermédio do LAB é possível induzir e formular políticas públicas que permitam potencializar os investimentos e, conseqüentemente, promover os avanços necessários que o Brasil tanto necessita e almeja, de forma segura e sustentável.

Iniciativas como a do LAB são um estímulo para que a ABDE e o Sistema Nacional de Fomento permaneçam atentos e firmes na vocação incansável pelo desenvolvimento brasileiro. E nada melhor do que ser parte integrante de uma engrenagem, ativa e oportuna como esta, que aponta os seus objetivos para o norte de ações concretas, inclusivas, participativas e, principalmente, inovadoras.

Muito obrigado aos diversos atores que fizeram do LAB uma realidade.



Marco Aurélio Crocco
Presidente da ABDE



EXPERIMENTANDO PARA CONVERTER POTENCIAIS EM REALIDADE

“A jornada de mil milhas começa com um passo.”
(Lao-Tsé)

Um laboratório é um lugar de grandes operações ou transformações. Ao refletir sobre nosso desafio de promover o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, parece ser claro que há uma nítida convergência entre o nosso desafio e o que se processa em um laboratório. No entanto, nosso desafio é levar o desenvolvimento de uma escala de laboratório para uma escala que nos permita mudar a situação dos países e melhorar as vidas de seus habitantes.

Se o desafio do desenvolvimento é, por um lado, uma questão de escala, por outro — e cada vez mais — é uma questão de inovação e de liderança em um momento em que as mudanças tecnológicas apontam para uma sociedade que se organizará social, econômica e ambientalmente em novos paradigmas.

A oportunidade para a América Latina e, muito particularmente para o Brasil, é lograr posicionar e sustentar-se como líderes em temas em que a região possui vantagens comparativas e grandes oportunidades, como o são a mitigação e adaptação climática, o impacto social e as finanças digitais.

Entendemos que neste contexto as finanças desempenham um papel transformador ao permitir viabilizar projetos e investimentos que vão transformar a economia e canalizar os recursos em volumes suficientes para dar a escala transformacional necessária. Se consideramos somente os recursos movimentados em 2017 no

mundo de títulos verdes foram US\$ 160,8 bilhões, valor que deverá alcançar a marca dos US\$ 200 bilhões em 2018.

Com o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), incorporando em um ambiente colaborativo atores públicos e privados dos mercados financeiro e de capitais e especialistas setoriais, criou-se um processo estruturado para gerar ideias, trabalhar soluções, e produzir peças de conhecimento que permitem avançar a agenda de inovação e buscar a liderança em atividades concretas.

Por cima de tudo, representa um ambiente propício para a inovação interinstitucional e para forjar a competitividade dos atores brasileiros, permitindo vislumbrar oportunidades, identificar barreiras e apresentar soluções que sinalizem para a sociedade as alternativas a serem perseguidas.

Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma grande satisfação observar que o primeiro ano do LAB resultou em uma série de produtos e propostas concretas que vêm sendo implementadas. Valorizamos muito poder fazer parte desta rede e acompanhar a Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM nesta iniciativa que sem sombra de dúvidas delineará visões e soluções que transformarão e caracterizarão o Brasil do futuro.



Juan Antonio Ketterer

Chefe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças (CMF)
Banco Interamericano de Desenvolvimento





CONSTRUINDO SOLUÇÕES PARA UM AMBIENTE DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

O desafio de promover o desenvolvimento sustentável requer uma ação coletiva e intersetorial para diagnóstico de entraves e construção de um planejamento adequado. Essa convicção esteve por trás do lançamento do Laboratório de Inovação Financeira, plataforma de diálogo e ação que reuniu, desde o início, um amplo leque de entidades públicas e privadas, de diversos setores, em torno do objetivo de garantir crescimento econômico, com responsabilidade social e ambiental. O momento da iniciativa não poderia ter sido mais oportuno.

No campo internacional, compromissos políticos assumidos pelo Brasil, como a adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a promulgação do Acordo de Paris, exigem ações concretas que demandam fortes investimentos em infraestrutura. A contribuição brasileira para a proteção do clima global, aliada a outros investimentos climáticos, exigirá cerca de US\$ 1,3 trilhão entre 2016 e 2030, segundo estimativa da International Finance Corporation (IFC), requerendo participação importante de fontes privadas.

Sem minimizar o desafio, é certo que o Brasil oferece tantas oportunidades de investimento que, com as condições de mercado certas, é candidato a ser o destino preferencial de investidores que incorporem fatores de riscos ambientais, sociais e de governança (ASG) em suas análises e processos decisórios. A emissão de títulos verdes, por exemplo, pode oferecer soluções para financiar esforços em larga escala de adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo gerando emprego, renda e reflexos positivos para toda a sociedade.

Mas o pleno aproveitamento dessas oportunidades

requer a capacidade de incorporar considerações de sustentabilidade na agenda regulatória. De um lado, novas classes de ativos impõem reexame da adequação do quadro normativo às especificidades dos instrumentos. De outra parte, investidores que incorporaram fatores ASG em suas análises possuem necessidades informacionais específicas que precisam de solução, mesmo que por padrões voluntários, como os propostos pela “Task Force on Climate-related Financial Disclosures” instituída pelo FSB.

Trata-se de uma questão estratégica. Em março de 2018, a Comissão Europeia adotou estratégia em finanças sustentáveis, desenhando plano com diversas ações para estimular o investimento em projetos sustentáveis.

O Laboratório de Inovação Financeira foi, assim, lançado em boa hora, e tem o potencial de ser um relevante diferencial do mercado brasileiro, destacando as necessidades dos atores envolvidos e permitindo a construção conjunta dos consensos que pavimentarão o caminho para um regime que fomente a inovação financeira e contribua para o desenvolvimento sustentável do país, sem descuidar de valores caros para qualquer regulador de mercado de capitais: proteção dos investidores, mercados eficientes e equitativos e redução de riscos sistêmicos.

Marcelo Barbosa
Presidente da CVM

GT FINANÇAS VERDES

O interesse pelo tema de Finanças Verdes no LAB é um desdobramento da mudança de percepção do mercado em 2014. As questões ambientais deixam de ser tratadas apenas como fator de risco para investimento e financiamento e passam a ser tratadas como objeto de estudo em diversos grupos criados para este fim dentro da iniciativa privada.

Assim, o GT de Finanças Verdes surge com o objetivo de construir um diálogo intersetorial, liderado pelo Sistema Nacional de Fomento, para originar, avaliar e testar inovações financeiras que suportem o desenvolvimento sustentável do Brasil, notadamente no que se refere às questões ambientais e de inclusão social.

Ao longo do último ano o GT se debruçou em mecanismos financeiros que pudessem impulsionar os projetos ligados a Eficiência Energética e Geração Distribuída. Dividiu-se o GT em três subgrupos para estudar os seguintes temas: (I) Alternativas de Funding; (II) Garantias; e (III) Veículos de Investimento. Além disso, foi criado um subgrupo voltado a auxiliar os demais nas dúvidas regulatórias existentes na formulação dos produtos.

O subgrupo de alternativas de funding se voltou a desenhar formas de superar barreiras de captação e alavancagem de financiamentos dos bancos públicos e privados. O subgrupo de garantias se propôs a desenhar um instrumento de garantia para operacionalizar no primeiro ano do LAB. Por fim, o subgrupo veículos de investimento teve como meta o desenho de

um projeto piloto que tivesse como indicador principal o menor custo de alocação do capital.

Como resultados do primeiro ano do LAB o GT de Finanças Verdes apresenta três produtos que foram desenhados e são apresentados .

Além destes, outras discussões estiveram em curso no âmbito deste GT. São exemplos de propostas que ainda permanecem na agenda deste GT: (I) o Depósito Interfinanceiro Verde; (II) o desenho, para Instituições Financeiras, do programa da Eletrobrás que promove o uso eficiente de energia elétrica; (III) o RenovaBio, política de Estado que visa desenhar estratégia para fortalecer a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, e (IV) Fundo para Eficiência Energética (F2E), uma iniciativa da CNI e do Banco Mundial com o objetivo de estimular a implantação de projetos de eficiência energética por meio de financiamento em modelo off-balance.

ENERGY
**SAVING
INSURANCE**

ANÁLISE DE
RISCO INTEGRADA
**PROJETOS SOLARES
FOTOVOLTAICOS**

**FUNDO
FIRST
LOSS**



1

O PRODUTO

Energy Saving Insurance (ESI) é um modelo que reúne metodologias de avaliação de tecnologias e seguro de desempenho energético, por meio de contrato de performance, visando estimular linhas de crédito para projetos de eficiência energética e geração solar, permitindo maior segurança ao cliente na tomada de decisão para maior investimento em projetos verdes.



2

COMO FUNCIONA?

Veja mais detalhes na página 11

5

REALIZAÇÃO

4

ESTÁGIO ATUAL

A metodologia ESI será lançada em fase piloto no Brasil, em setembro de 2018. As primeiras instituições financeiras a promoverem as linhas de crédito ESI serão o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES – ES), a Goiás Fomento (GO), e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE – RS). Está previsto pelo menos um projeto piloto por instituição nessa fase com a possibilidade de haver outros projetos até que se esgotem os recursos alocados para a fase piloto em cada banco e/ou agência de fomento.

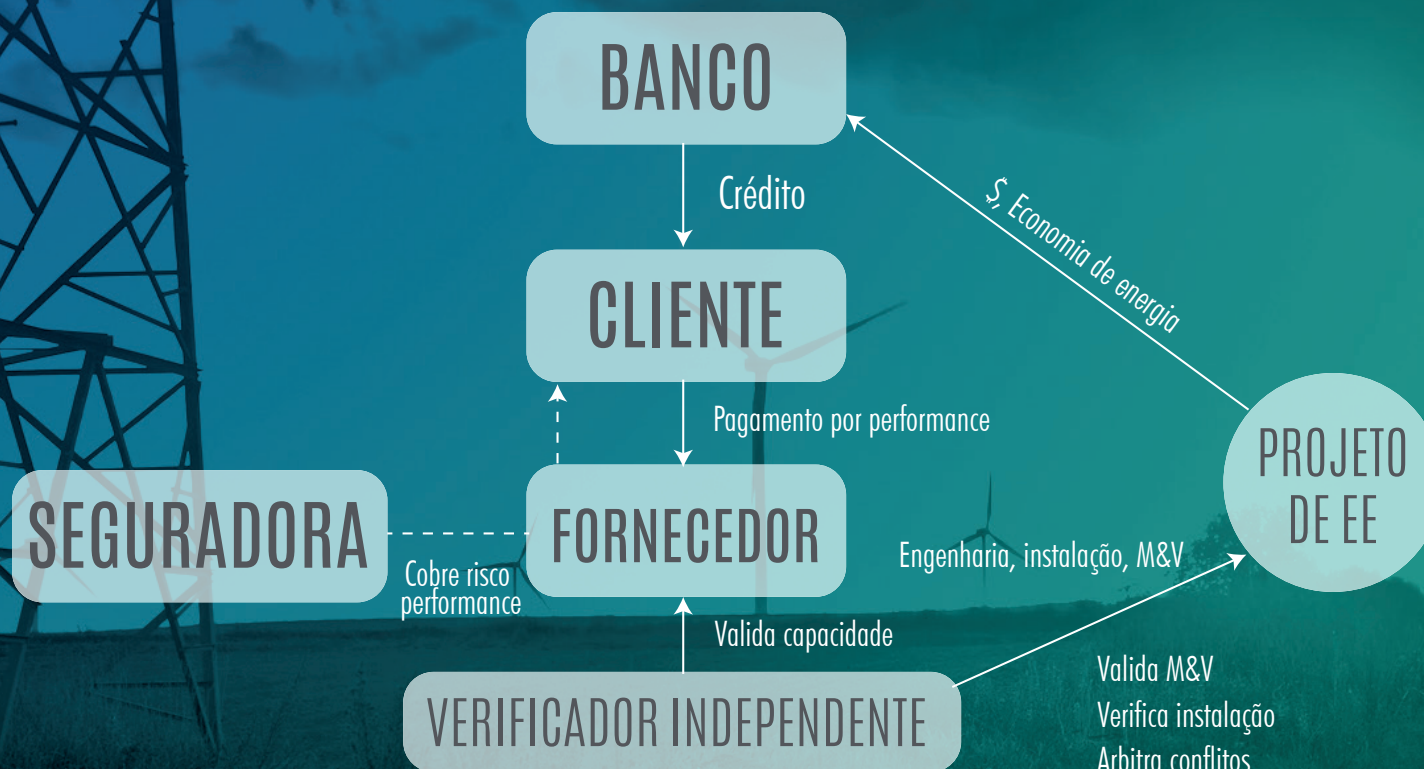
3

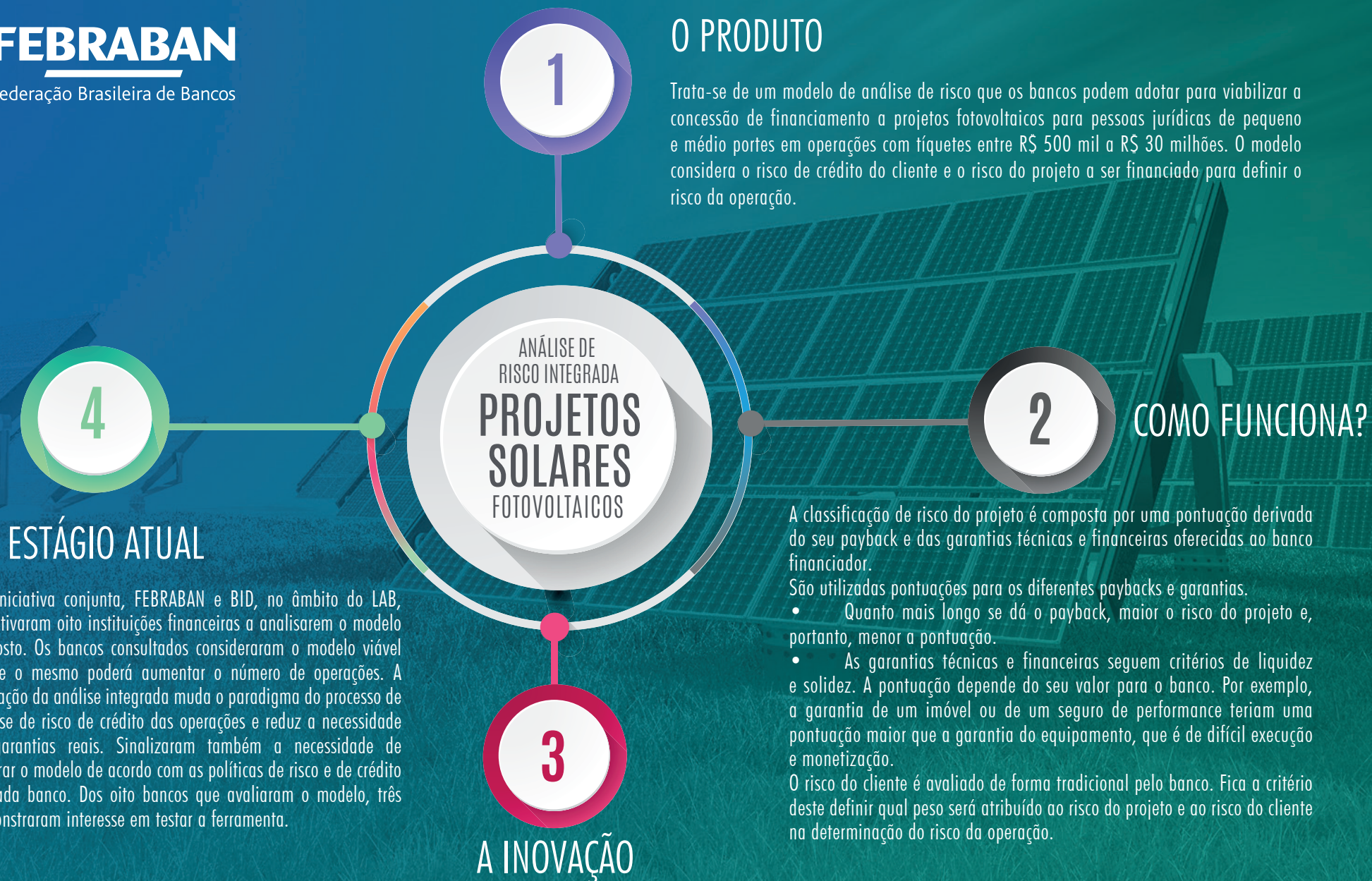
A INOVAÇÃO

A metodologia ESI é uma combinação inovadora entre uma linha de crédito tradicional e o modelo ESCO, diferindo no fato de que quem toma o crédito é o cliente, porém fundamentado por um contrato de performance, protegido por uma apólice de seguro sobre desempenho energético e por metodologias de avaliação técnica executadas por um órgão terceiro com alta credibilidade no mercado brasileiro – ABNT.

ENERGY SAVING INSURANCE - COMO FUNCIONA?

A metodologia ESI baseia-se na congregação de elementos que visam trazer maior segurança ao cliente tomador de crédito junto a instituições financeiras, em especial metodologias de avaliação técnica sobre tecnologias de eficiência energética e geração solar distribuída, apólice de seguro sobre desempenho energético e um contrato de performance entre cliente e fornecedor. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) foi escolhida como o órgão certificador e validador que irá realizar a interface técnica entre a companhia de seguro, banco, cliente e fornecedor, avaliando tanto o projeto quanto a capacidade técnica do fornecedor, de forma a dar maior segurança ao cliente quanto aos ganhos projetados.





AGGREGO
CONSULTORES

ANBIMA

1

O PRODUTO

Fundos de First Loss são uma ferramenta de aprimoramento de crédito e/ou equity que ganhou destaque junto a investidores de impacto que estão experimentando com este modelo formas inovadoras para reduzir o risco, avançar nos objetivos sociais e ambientais, usando o capital comercial e, ao mesmo tempo, estimular a atividade de investimento em novos mercados.

Este mecanismo incentiva investidores que não têm capital de longo prazo e possuem baixa tolerância a risco a entrarem neste mercado. Como contrapartida, as cotas subordinadas e mezanino poderiam auferir uma remuneração maior.

FUNDO FIRST LOSS

2

COMO FUNCIONA?

Veja mais detalhes na página 14

5

REALIZAÇÃO

4

ESTÁGIO ATUAL

A construção deste mecanismo foi liderada no LAB pela consultoria Aggrego em conjunto com a Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Atualmente, a Aggrego está buscando parceiros para colocar o projeto piloto no mercado.

3

A INOVAÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sugere que a estrutura de subordinação seja criada para fomentar o setor de investimento de impacto socioambiental. O mercado de investimento de impacto é incipiente, mas crescente, e algumas oportunidades de investimento com forte potencial de impacto social ou ambiental são percebidas como tendo alto risco financeiro. Enquanto alguns fundos desse perfil são vistos com cautela por não produzirem retornos financeiros para seu nível de risco, outros sofrem com a falta de informação ou histórico, devido à novidade do opportunity. A oferta de crédito inovador, setor em que este mecanismo está inserido, já tem como característica comum aos tradicionais mercados financeiros o poder de incentivar o fluxo de capitais para estas oportunidades de investimento. Ele melhora seus perfis de risco-retorno e, assim, incentiva mais investidores para co-investirem, pois configura-se como uma ferramenta inovadora para reduzir o risco e catalisar o impacto.

Provedores multilaterais são os protagonistas no investimento de impacto. Sua capacidade e disponibilidade para oferecer proteção aos outros investidores são os fatores mais importantes na condução de maiores fluxos de capital através dessas estruturas.

Agradecemos o auxílio do Marco Antonio Fujihara (Aggrego) para a realização deste material.

FUNDO FIRST LOSS - COMO FUNCIONA?

Os Fundos First Loss podem ser incorporados em uma estrutura de capital através de uma variedade de instrumentos (subvenções, patrimônio, dívida subordinada e garantias) definidos por duas características principais. Primeira, melhoram o perfil de risco-retorno do destinatário e catalisam a participação dos investidores que, caso contrário, não poderiam participar. Segunda, são orientados a propósito: destina-se capital comercial do canal para a realização de certos resultados sociais ou ambientais. Além disso, muitas vezes — embora nem sempre — a finalidade pode ser para demonstrar a viabilidade comercial de investir em um mercado específico.

Veículo de Investimento	
	Fundo de Investimento em Participação (FIP) ou Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) com cota subordinada
Cota Sênior	Investidores Institucionais, Famílias específicas e outros
Cota Mezanino	Investidores Institucionais, Fundações Internacionais, Endowment
Cota Subordinada	Multilaterais, Organizações de Fomento, Agências Públicas



GT INSTRUMENTOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO

O GT dedicado aos Investimentos de Impacto surge, no contexto do LAB, frente a duas necessidades observadas. Primeiro, a necessidade de debater instrumentos financeiros voltados a financiar projetos que promovessem os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) em vigor pelas Nações Unidas desde 2016. Da mesma forma, se observou que as IFDs poderiam exercer papel relevante na promoção destes investimentos pelo seu papel único de ser um agente público com acesso ao mercado privado e que possuem como objetivo principal o mandato de promover políticas, instrumentos e soluções para os desafios econômicos, sociais e ambientais em suas áreas de abrangência.

Assim, o objetivo deste GT para o primeiro ano foi apoiar as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), bancos, atores e reguladores de mercados financeiros e de capitais a identificar, desenvolver, apoiar pilotos, e disseminar instrumentos financeiros que possam estimular investimentos de impacto que promovam objetivos sociais dos ODS, assim como alinhar e postar melhor o que já fazem na área de financiamento do desenvolvimento com os objetivos ODS.

Nos últimos 12 meses o grupo se voltou a estudar as formas que as IFDs poderiam atuar frente a três instrumentos financeiros específicos: (I) Contrato de Impacto Social (CIS); (II) Crowdfunding; e (III) Fundos Rotativos Solidários. Além disso, um subgrupo de métricas para avaliação de impacto social foi estruturado com o

objetivo de estudar métodos de avaliação de impacto socioambiental disponíveis e sugerir alternativas de implementação para os instrumentos financeiros estudados.

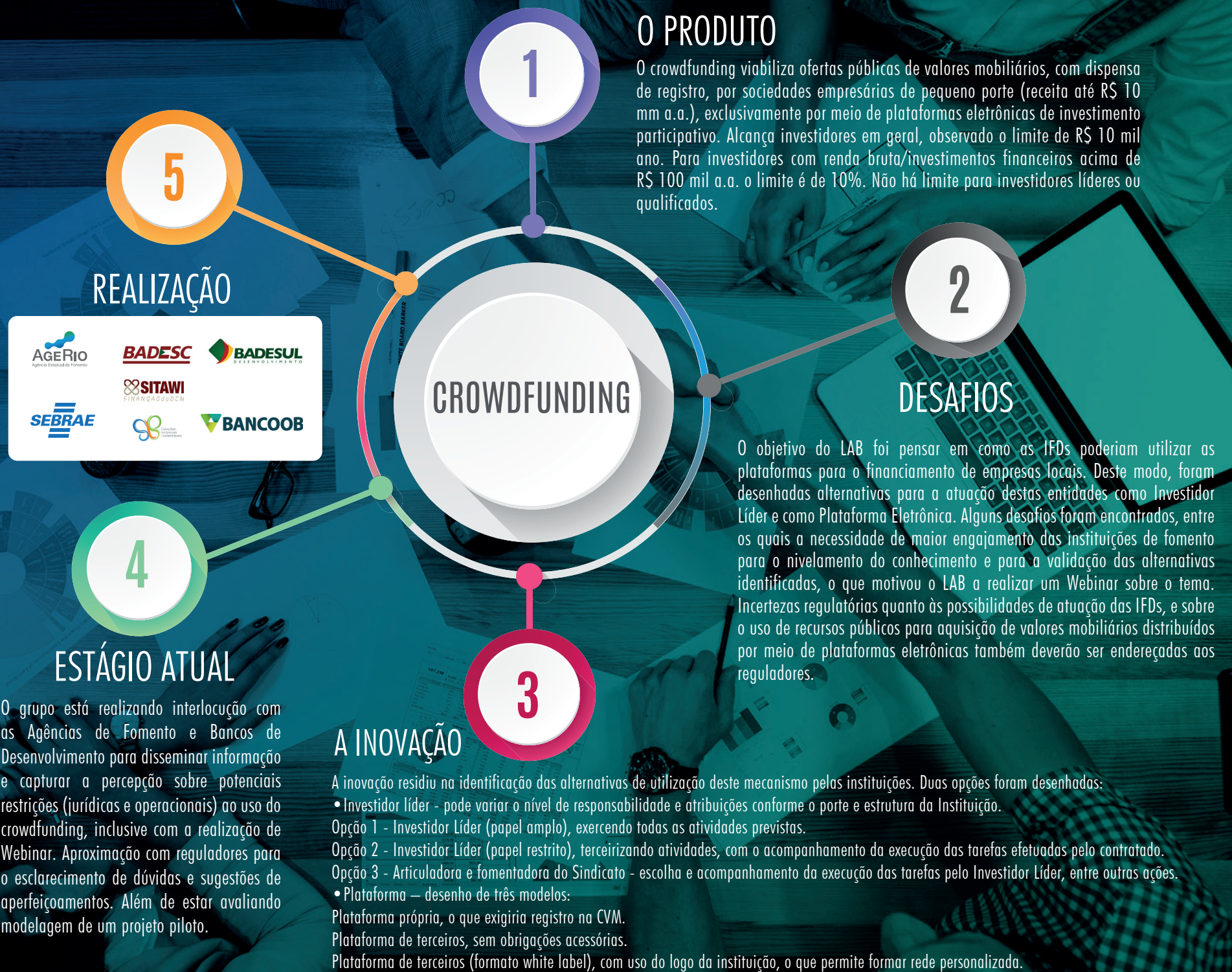
Muito se avançou em cada um desses instrumentos. Como resultado do primeiro ano do LAB, o GT de Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto realizou uma publicação que trata das Métricas para Avaliação Socioambiental, em uma perspectiva para instituições de desenvolvimento regional e o desenho de dois produtos que são apresentados nas lâminas subsequentes.

Além disso, o grupo realizou um esforço para compreender o estado atual para implementação do CIS no Brasil, o que o motivou a incluir o tema Títulos Sociais na agenda do próximo ano, para desenhar um projeto piloto nesta linha.



CROWDFUNDING

FUNDOS
ROTATIVOS
SOLIDÁRIO



1

O PRODUTO

O crowdfunding viabiliza ofertas públicas de valores mobiliários, com dispensa de registro, por sociedades empresárias de pequeno porte (receita até R\$ 10 mm a.a.), exclusivamente por meio de plataformas eletrônicas de investimento participativo. Alcança investidores em geral, observado o limite de R\$ 10 mil ano. Para investidores com renda bruta/investimentos financeiros acima de R\$ 100 mil a.a. o limite é de 10%. Não há limite para investidores líderes ou qualificados.

2

DESAFIOS

O objetivo do LAB foi pensar em como as IFDs poderiam utilizar as plataformas para o financiamento de empresas locais. Deste modo, foram desenhadas alternativas para a atuação destas entidades como Investidor Líder e como Plataforma Eletrônica. Alguns desafios foram encontrados, entre os quais a necessidade de maior engajamento das instituições de fomento para o nivelamento do conhecimento e para a validação das alternativas identificadas, o que motivou o LAB a realizar um Webinar sobre o tema. Incertezas regulatórias quanto às possibilidades de atuação das IFDs, e sobre o uso de recursos públicos para aquisição de valores mobiliários distribuídos por meio de plataformas eletrônicas também deverão ser endereçadas aos reguladores.

3

A INOVAÇÃO

A inovação residiu na identificação das alternativas de utilização deste mecanismo pelas instituições. Duas opções foram desenhadas:

- Investidor líder - pode variar o nível de responsabilidade e atribuições conforme o porte e estrutura da Instituição.
- Opção 1 - Investidor Líder (papel amplo), exercendo todas as atividades previstas.
- Opção 2 - Investidor Líder (papel restrito), terceirizando atividades, com o acompanhamento da execução das tarefas efetuadas pelo contratado.
- Opção 3 - Articuladora e fomentadora do Sindicato - escolha e acompanhamento da execução das tarefas pelo Investidor Líder, entre outras ações.
- Plataforma — desenho de três modelos:
 - Plataforma própria, o que exigiria registro na CVM.
 - Plataforma de terceiros, sem obrigações acessórias.
 - Plataforma de terceiros (formato white label), com uso do logo da instituição, o que permite formar rede personalizada.

5

REALIZAÇÃO

4

ESTÁGIO ATUAL

O grupo está realizando interlocução com as Agências de Fomento e Bancos de Desenvolvimento para disseminar informação e capturar a percepção sobre potenciais restrições (jurídicas e operacionais) ao uso do crowdfunding, inclusive com a realização de Webinar. Aproximação com reguladores para o esclarecimento de dúvidas e sugestões de aperfeiçoamentos. Além de estar avaliando modelagem de um projeto piloto.



1 O PRODUTO

Os Fundos Rotativos Solidários consistem na disponibilização de recursos, reembolsáveis ou não, por entidades públicas e/ou privadas, para a constituição de fundos regionais, locais ou temáticos dedicados ao financiamento de projetos de impacto social. As operações de crédito reembolsável na ponta são efetuadas dentro de prazos e taxas compatíveis com o porte e maturidade dos projetos e conforme as condições socioeconômicas dos beneficiários. Essa reciclagem dos recursos na ponta mantém o fluxo de financiamento a novos projetos.

2 DESAFIOS

O LAB atuou para o fortalecimento regulatório desse Instrumento típico de Finanças Solidárias, visando à previsão do uso de recursos públicos não reembolsáveis e a gestão, dentre outros, por Agências de Fomento e Bancos de Desenvolvimento. O desafio era a falta de regulação específica que dê segurança jurídica para a criação de fundos rotativos constituídos com recursos públicos não reembolsáveis. A base legal é a Constituição Federal e o Código Civil, na qual o Fundo Rotativo se enquadra como um contrato de direito privado peculiar. Assim, foi desenhado aperfeiçoamento regulatório para ser sugerido aos órgãos competentes.

3 A INOVAÇÃO

Aperfeiçoamento regulatório dos Fundos Rotativos Solidários com sugestão de alterações ao Projeto de Lei Complementar (PLC) 137/2017 (Política Nacional de Economia Solidária) visando:

- Permitir operações de crédito reembolsável e não reembolsável, ampliando o alcance de projetos e beneficiários apoiados.
- Ampliar o espectro de agentes passíveis de operacionalizar tais fundos, com a inclusão das instituições de fomento.
- Dispor sobre a natureza e constituição de Fundos Rotativos Solidários, permitindo a inversão de recursos públicos (reembolsáveis ou não reembolsáveis).

5 REALIZAÇÃO



4 ESTÁGIO ATUAL

Foi encaminhada pelo LAB uma carta à Senadora Ana Amélia, relatora do PLC 137/2017, propondo alterações nos Parágrafos 1º e 2º, e a inclusão do Parágrafo 3º. Além disso, foi realizada a interlocução com parlamentares e o acompanhamento da tramitação do PLC 137/2017 no Senado Federal.

PUBLICAÇÃO: MÉTRICAS PARA AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA PARA INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Publicação tem como origem o estudo de nivelamento conceitual das ferramentas disponíveis para avaliação do desempenho socioambiental na perspectiva das IFDs. O documento foi estruturado para dar suporte aos demais subgrupos do GT de Instrumentos Financeiros e Instrumentos de Impacto em questões que envolvam a necessidade de utilização de métricas socioambientais.

No início do LAB, os membros participantes do nosso GT encontravam-se em estágios de maturidade distintos. Portanto, foi necessário equalizar o nível de conhecimento entre os participantes por meio de indicações de leituras, entrevistas com especialistas e discussões em grupo. Além disso, verificou-se a necessidade de estudar ferramentas adequadas aos diferentes instrumentos financeiros estudados pelos demais subgrupos. Por fim, foram elaboradas diretrizes gerais para auxiliar as IFDs a incorporarem métricas de avaliação de impacto socioambientais em sua gestão.

Foi proposto pelo subgrupo um framework conceitual que facilita a compreensão dos componentes necessários em uma avaliação de desempenho socioambiental. Em resumo, a estruturação criada sugere o uso da teoria da

mudança em todas as etapas, dá exemplos de indicadores disponíveis aos gestores e indica diferentes abordagens para avaliação socioambiental e avaliação do impacto. Forneceu também, uma base para que diversas ferramentas fossem comparadas entre si e suportassem a sugestão de uso de cada uma de acordo com diferentes instrumentos: contrato de impacto social, crowdfunding e fundos rotativos solidários. Este estudo se encontra disponível para acesso ao público pelo site do LAB.

www.labinovacaofinanceira.com

Realização:



Também participou:
BNDES | CAIXA | BRADESCO

GT TÍTULOS VERDES

Os Títulos Verdes constituem instrumentos de dívida do mercado de capitais onde os recursos captados devem ser direcionados a investimentos e projetos com externalidades ambientais positivas. Seu mercado surgiu de maneira voluntária, contudo, alguns reguladores, como o Banco Popular da China, têm incentivado os mercados locais de títulos verdes com padrões específicos. No Brasil, até a criação do LAB, o tema vinha sendo amplamente debatido em fóruns do setor privado. Alguns exemplos de resultados alcançados até então era a publicação e diretrizes para guiar emissores (Febraban e CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), a criação de fundo dedicado para compra de títulos verdes do setor de energia pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), programa de capacitação e atores pelo CEBDS e GIZ (Agência Alemã para a Cooperação Internacional).

Assim o objetivo do GT de Títulos Verdes do LAB foi estabelecer um grupo de trabalho para que reguladores e demais agentes públicos dos mercados financeiros, de capitais e de setores estratégicos possam se informar melhor sobre o desenvolvimento do mercado de títulos verdes internacional e desenvolver e avaliar propostas de intervenção no mercado brasileiro de títulos verdes, incluindo:

O grupo também deverá servir de interface de entidades públicas para diálogo com o conselho intersetorial privado de títulos verdes.

Assim, nos últimos doze meses o grupo avançou nestas frentes de trabalho. O principal resultado do grupo foi a realização da pesquisa junto a emissores e investidores sobre o mercado de títulos verdes no Brasil. O relatório desta pesquisa foi publicado e conta com recomendações para promoção deste mercado. Este é apresentado na lâmina que se segue.

Outros pontos levantados pelo GT e que continuam em sua agenda são a possibilidade de emissão soberana, mudanças regulatórias, instrumentos financeiros para estimular a emissão e alinhamento com as melhores práticas internacionais. Quanto à emissão soberana, após análise junto ao Governo Federal, chegou-se a conclusão que não teria sucesso no horizonte de curto prazo. Assim, entra na agenda do GT, a realização de um benchmark internacional sobre este tema. Se tratando das questões regulatórias, a Susep apresentou proposta de mudança regulatória inserindo as questões riscos ambientais, sociais e de governança (ASG), que está sendo analisada internamente. Além disso, recentemente o LAB foi convidado pelo Ministério da Fazenda a auxiliar o GT de Mercados de Capitais nas proposições para incentivar o mercado de títulos verdes.



Considerar tipos de incentivos e atividades para desenvolver um mercado de títulos verdes nacionais.



Oportunidades de promover emissão de títulos soberanos.



Possíveis instrumentos financeiros que possam estimular emissões.



Alinhamento do mercado local com as melhores práticas internacionais.

GUIA DE SUSTENTABILIDADE: OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO PARA O SETOR DE INTERMEDIÇÃO

O Guia de Sustentabilidade: Oportunidade de Negócio para o setor de intermediação visa fomentar o debate sobre sustentabilidade no setor de intermediação e incentivar corretoras, distribuidoras e bancos (participantes) que atuam nos mercados administrados pela B3 a integrar questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) a seus processos e produtos, bem como ao relacionamento com clientes. Para tanto, retoma assuntos abordados no Roteiro Básico do Programa de Qualificação Operacional (PQO) da B3 por meio dos quais é possível tal integração, descreve boas práticas e exemplos de produtos e sugere etapas para viabilizá-la.

O documento está dividido em 2 seções. Na seção 1 é possível encontrar iniciativas e produtos que exemplificam tal integração, sem a pretensão de colocá-los como diretrizes ou imposições de estruturas, uma vez que se pretende convidar os

participantes desse setor a refletir sobre o tema e desenvolver propostas próprias que façam sentido a seus respectivos modelos de negócios e à realidade de seus clientes. Já na seção 2, são citados excertos da Resolução Bacen 4.327/2014, destacando algumas diretrizes para a elaboração, a implementação e a eventual revisão da PRSA.

Nesse sentido, pretende-se também, com este material, trocar informações, apresentar boas práticas e abrir mais um espaço para o diálogo entre os diversos agentes de mercado e as instituições.

Certamente, a integração de questões ESG ao mainstream dos negócios, apesar de desafiadora, representa grande oportunidade e ganho para os participantes, seus clientes, o mercado e, conseqüentemente, o País. Por isso, o debate sobre o tema é de extrema importância para a subsistência dos negócios, a satisfação de clientes e o fortalecimento do setor.



O Guia de Sustentabilidade: Oportunidade de Negócio para o setor de intermediação foi lançado durante a Semana Mundial do Investidor da International Organization of Securities Commissions (IOSCO) em 2017, em evento realizado na B3 e com o apoio do Laboratório de Inovação Financeira (CVM, BID, ABDE)

PUBLICAÇÃO: RELATÓRIO DE PESQUISA COM EMISSORES E INVESTIDORES SOBRE TÍTULOS VERDES NO BRASIL

A pesquisa que baseia este relatório foi realizada pelo GT de Títulos Verdes junto a emissores e investidores sobre o mercado brasileiro de títulos verdes. Esta surge a partir da necessidade de promover maior conhecimento sobre o mercado destes títulos, demandada pelos participantes do mercado de títulos de dívida, e também como forma de identificar novos instrumentos e caminhos que estão sendo discutidos para desenvolver este mercado no Brasil.

Assim, a pesquisa tinha como objetivo mapear: Ela foi realizada via questionário on-line e entrevistas com potenciais emissores e investidores.

A distribuição dos questionários contou com a participação de membros do Laboratório de Inovação Financeira e associações setoriais, a destacar: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Brasil Bolsa Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA), União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

(ABRAPP) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O relatório está disponível no site do LAB (www.labinovacaofinanceira.com) e apresenta uma análise sobre os resultados obtidos, identificando as potencialidades do mercado brasileiro e os desafios a serem enfrentados. Ao final, são feitas ainda recomendações para impulsionar o mercado de títulos verdes brasileiro.

Conteúdo e apoio técnico:



Os entraves ao crescimento do mercado de títulos verdes no Brasil.



As oportunidades e benefícios de emissão e investimento.



Os fatores impulsionadores de decisões de emissão e investimento.



Os mecanismos e instrumentos financeiros preferíveis para fomentar o mercado.



A percepção de emissores e investidores quanto ao aperfeiçoamento regulatório, especialmente quanto aos temas discutidos no LAB.

GT FINTECH

O GT de Fintech foi lançado em dezembro de 2017 e surge como uma nova frente de trabalho a ser tratada pelo LAB — as inovações digitais no sistema financeiro. As novas tecnologias financeiras (fintechs) surgiram na última década e modificaram todo o mercado de serviços financeiros mundial. Elas são responsáveis por trazer soluções para desafios antigos do sistema financeiro. Em primeiro lugar, contribuem para o maior financiamento do setor produtivo, principalmente voltado para pequenas e médias empresas. Além disso, são responsáveis por permitir a inclusão financeira de agentes antes excluídos do sistema financeiro tradicional.

Ainda há, contudo, muita discussão sobre como incorporar essas inovações ao mercado tanto no âmbito regulatório quanto institucional. Neste sentido, o GT de Fintech do LAB surge com o objetivo de criar uma plataforma de articulação institucional, que possibilite a avaliação das necessidades do mercado brasileiro e dos seus diferentes setores. Além disso, permite que seja desenhado, de forma dialogada, os serviços tecnológicos para a sociedade brasileira por meio de uma futura atuação conjunta entre órgãos e entidades governamentais, as instituições financeiras de desenvolvimento integrantes do Sistema Nacional de Fomento, investidores, instituições financeiras privadas e outros atores locais.

O GT delimitou dois focos principais de atuação:

Assim, o ecossistema necessário para estas se desenvolverem, o aparato regulatório necessário e a interação com as instituições financeiras tradicionais se tornaram o foco deste GT que foi dividido em três subgrupos.



Regulação e soluções inovadoras: estuda a forma de se implementar um sandbox regulatório no Brasil. O grupo está desenhando documento que servirá de base para os reguladores que quiserem implementar instituindo as regras e parâmetros necessários.



Fomento do ecossistema: estuda as oportunidades e desafios atuais do mercado, delineando como promover um ecossistema propício para o desenvolvimento das fintechs.



Instituições financeiras públicas e privadas: trata das formas de cooperação que podem emergir entre este novo mercado e o sistema financeiro tradicional, buscando complementariedades entre eles e formas de estabelecer parcerias.



Estudos e avaliações sobre as novas tecnologias financeiras, economia digital e tendências e mecanismos de financiamento alternativos (impactos, oportunidades e desafios).



Desenho da proposta de atuação conjunta em tecnologias financeiras, economia digital e mecanismos de financiamento alternativos (regras de governança, membros, serviços oferecidos, entre outros.), incluindo estudo sobre a viabilidade de implantação de um projeto de sandbox regulatório nos mercados de capitais, de seguros e previdência.

LAB  LABORATÓRIO
DE INOVAÇÃO
FINANCEIRA

info@labinovacaofinanceira.com | lab@abde.org.br | www.labinovacaofinanceira.com | (21) 2109-6009

AVISO LEGAL

Este documento foi preparado pelo Laboratório de Inovação Financeira (“LAB”) e destina-se a informar os leitores sobre as principais características dos produtos desenvolvidos durante o primeiro ano de atividades dos Grupos de Trabalho do LAB, em prol do desenvolvimento sustentável no Brasil, sem, no entanto, procurar especificar todos os riscos possíveis ou características dos mesmos.

Os produtos aqui descritos são sumários e meramente indicativos, encontrando-se sujeitos aos termos e condições estabelecidos na documentação legal relativa aos respectivos produtos, que se encontrará oportunamente disponível para consulta, anteriormente à disponibilização de tais produtos no mercado brasileiro. Qualquer pessoa, que adquira ou subscreva os produtos ou títulos mencionados neste documento, deverá basear-se apenas nos termos definitivos dos documentos oficiais a estes relacionados ou, quando aplicável, no prospecto a ser emitido.

O LAB, seus associados, membros, consultores e colaboradores, não oferecem consultoria, recomendação ou endosso com relação a qualquer produto financeiro ou de garantia, mecanismo de investimento, empresa ou título constantes deste documento. Portanto, este documento, que tem caráter meramente informativo, não substitui o aconselhamento do seu consultor e não pretende ser a única base para qualquer avaliação de transações ou produtos de cunho financeiro mencionadas neste documento, não constituindo uma oferta de compra ou venda, recomendação de investimento, ou uma solicitação de compra ou venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro, ou de participação em qualquer estratégia de negociação, nem confirmação, oficial ou não, dos respectivos termos.

Qualquer cotação indicativa de preços ou análise aqui incluída foi preparada com base em premissas e parâmetros que refletem o julgamento ou escolha de boa fé do conjunto de entidades componentes do LAB e não representam, necessariamente, a opinião dos órgãos diretivos das mesmas, ou de seus associados, membros, consultores e colaboradores individualmente.

Sem prejuízo da responsabilidade legal pela informação, o LAB, seus membros, consultores e colaboradores não aceitam qualquer tipo de responsabilidade por qualquer custo, perda ou prejuízo emergente ou relacionado com o investimento nos produtos aqui descritos. Em caso de dúvida, os interessados deverão procurar obter o aconselhamento específico e profissional antes de tomar uma decisão de investimento.

Este documento encontra-se sujeito a alterações sem aviso prévio. O LAB, seus membros, consultores e colaboradores rejeitam qualquer responsabilidade por erros editoriais neste documento. O LAB não garante ou assegura a exatidão ou completude da informação contida neste documento.

Este documento se presta à distribuição no território brasileiro e não pretende ser distribuído ou usado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde a referida distribuição ou uso sejam contrários às leis ou regulamentações locais. Sua reprodução é permitida, sem a necessidade de prévio aviso ou anuência do LAB, desde que mediante a correta citação da fonte (LAB, Os produtos do 1º ano do Laboratório de Inovação Financeira, 2018, 1ª Edição, <http://www.labinovacaofinanceira.com/>)